

Estado, crise e pandemia: um estudo teórico sobre a concepção da escola neoliberal no Brasil

Isabella Vitoria C. P. Pedroso

Docente EBTT COLUNI UFF

isabellavitoria@id.uff.br

Resumo

Este trabalho versa sobre o processo de privatização em curso do ensino público brasileiro. Destacamos que a presente pesquisa desenvolveu-se com pesquisadores da educação básica, que observaram-no no seu dia a dia, seja na degradação física de sua escola, seja na ausência de recursos para o prosseguimento do projeto escolar. Compreender os mecanismos e o projeto por trás de cada política pública destinada a educação brasileira, ajuda-nos a enxergar o ritmo de privatização que está em curso, e que na pandemia acelerou-se sobremaneira. O atual governo parece estar cumprindo o papel de levar a cabo os maiores ataques à educação ao mesmo tempo que aporta o menor volume de recursos, mesmo no momento de excepcionalidade que vivemos. Resta-nos a organização para enfrentá-los e garantir que o acesso a educação pública seja gratuito, universal, laica e de qualidade.

Palavras chave: Ensino Público – Pandemia – Crise – Estado – Neoliberalismo.

Abstract

This work deals with the ongoing privatization process of Brazilian public education. We emphasize that this research was developed with basic education researchers, who observed in their daily lives, whether in the physical degradation of their school, or in the absence of resources to continue the school project. Understanding the mechanisms and the project behind each public policy aimed at Brazilian education helps us to see the pace of privatization that is underway, and which in the pandemic has accelerated enormously. The current government seems to be fulfilling the role of carrying out the greatest attacks on education while providing the least amount of resources, even in this exceptional moment in which we live. We are left with the organization to face them and guarantee that access to public education is free, universal, secular and of quality.

Keywords: Public Education – Pandemic – Crisis – State – Neoliberalism.

Introdução

O presente artigo relata a trajetória e os caminhos do projeto de pesquisa intitulado *Estado, crise e pandemia: um estudo teórico sobre a concepção da escola neoliberal no Brasil*, desenvolvido no âmbito do programa de iniciação científica para a educação básica, realizado no Colégio Universitário Geral Reis, COLUNI UFF. O desenvolvimento da pesquisa científica ainda no ensino básico possibilita a aproximação dos alunos com o método científico, contribuindo para o amadurecimento destes estudantes em suas futuras pesquisas na graduação e pós-graduação. O projeto desenvolvido teve como objetivo compreender de que maneira as políticas educacionais impulsionaram a produção do conhecimento para um novo momento, que aqui denominamos *Escola Neoliberal*.

Além da importância da temática abordada no projeto de pesquisa, cumpre destacar o impacto de desenvolvê-la no ensino básico. Contrariando todos os ataques sofridos e tentativas de se fazer da escola um lugar de mero aprendizado técnico, a pesquisa científica abriu novos caminhos para os estudantes, uma vez que os aproximou do método científico. Foi notório que esse contato mais direto com a pesquisa influenciou a organização das ideias, a forma de escrita e sobretudo, alterou a visão de mundo desses alunos.

Metodologia da Pesquisa.

Essa pesquisa teve como metodologia o estudo teórico de diferentes autores que abordam a dinâmica capitalista na sociedade e seus impactos no setor educacional, mais recentemente considerado um importante filão pelos empresários ávidos por lucros, independentemente de sua origem. Assim, iniciamos a pesquisa com leituras dos clássicos, isso porque todos os alunos envolvidos no projeto – um total de 8, sendo apenas 3 bolsistas – nunca haviam tido contato com qualquer pensador. O primeiro fragmento de obra lido foi o capítulo 1 de *O Capital*, de Karl Marx. O objetivo aqui foi apresentá-los à dinâmica do capital, compreendendo sua forma mais crua. Em razão do grau de dificuldade dessa obra, nos detemos nela por mais tempo, quase 1 mês ou 4 encontros.

Após esse mergulho na obra de Marx, saltamos para a obra de Lênin sobre o Imperialismo – fase superior do capitalismo, em que tentamos analisar os diferentes caminhos que o sistema capitalista percorreu (e percorre) para permanecer auferindo lucros e garantindo a sua existência. A seguir, iniciamos a leitura de Koriyko, *Guerras*

Híbridas, com o intuito de analisar de que maneira, atualmente, o capitalismo tem se comportado para garantir que a divisão internacional do trabalho não abra espaço para que potências antes dominadas se tornem centrais.

Posteriormente a este bloco de leituras, iniciamos o estudo sobre o Estado brasileiro, a fim de compreender como a economia e a política nacional se comportaram ao longo de sua existência. Assim, lemos Mascaro e Fontes especificamente para abordar a dinâmica do Estado brasileiro em suas diferentes fases, mas também, foi importante a leitura de Lênin, O Estado e a Revolução, para demarcar nosso entendimento acerca do Estado, ou seja, para posicionar a pesquisa sob o método materialista histórico dialético.

Por fim, após 4 meses de leituras e debates intensos, iniciamos o último bloco de leituras, que se preocupou em compreender as origens da doutrina neoliberal e sua inserção no setor educacional brasileiro. Para isso nos detivemos em textos de autores como Laval, Leher, Miranda e Pedroso. Pudemos analisar o recente projeto das elites brasileiras, com o programa denominado FUTURE-SE, para o ensino superior, e também com a reforma do ensino médio, para a educação básica. Após análise, concluímos serem partes de um mesmo projeto de sociedade, que visa auferir lucros e garantir o reposicionamento do Brasil na divisão internacional do trabalho como um mero país agrário-exportador, como mencionado acima.

Como pôde ser observado, esse trabalho se desenvolveu exclusivamente no âmbito teórico, uma vez que transcorreu ao longo do ano de 2020, tempos em que quase tudo aconteceu de maneira remota e, portanto, online. Mesmo neste cenário, foi possível participar da Mostra COLUNI, onde apresentamos este trabalho e conquistamos uma excelente colocação na escolha dos melhores trabalhos da educação básica da UFF.

A importância da pesquisa na educação básica

Essa pesquisa foi de fundamental importância em nossa atual conjuntura de ataques e retiradas de direitos. Através de intensa revisão bibliográfica e debates em grupo, asseguramos que a academia e a ciência devam mostrar para a sociedade o seu protagonismo, problematizando dados oficiais e assertivas de grupos políticos, que têm como objetivo garantir as altas taxas de lucro dos empresários e banqueiros, em detrimento da melhoria das condições de vida da maior parte da população brasileira (PRADO JUNIOR, 1994). Essa pesquisa tentou servir como documento, para formar a

consciência social e de classe, tão caras à nossa sociedade – há tempos orientada por um sistema meritocrático, que prioriza o individual ao coletivo (IASI, 2011). Além disso, evidenciamos a existência de um projeto alternativo para a educação, cunhado por muitas mãos e, nós, docentes e discentes da educação básica, através desta pesquisa, contribuímos para que ele fosse organizado e difundido (MIRANDA, 2017). Por fim e, talvez, o mais importante, essa pesquisa pretendeu levar a esperança de que a luta e a resistência por uma educação básica pública e gratuita são o caminho que devemos seguir em direção a uma sociedade que tem consciência da sua força na escrita de sua história.

Desenvolvimento teórico.

Em fins da década de 1980, o setor educacional passa a configurar-se como a nova mercadoria do sistema capitalista, servindo como “salvação” para a crise econômica vivida na década anterior, a saber, a crise de superacumulação (Santos, 2006; Harvey, 2008, Fontes, 2010, Laval, 2018). Este novo caráter atribuído à educação promoveu mudanças significativas na concepção curricular da educação básica, além de colocar em xeque a noção de educação pública existente até então. Essas transformações que a escola pública experimentou agudizaram o processo de privatização e precarização, que se apoiaram às mudanças no currículo escolar. Entende-se que o objetivo deste novo paradigma é atender demandas orientadas por instituições supranacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, por exemplo. O modelo educacional proposto por tais instituições faz parte de um projeto político que visa descortinar o papel do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. Ao nosso país caberia, unicamente, servir de apoio à expansão – territorial – da margem de lucro dos países desenvolvidos (Harvey, 2007); em outras palavras, objetiva-se assegurar que o papel de país periférico e subordinado seja plenamente cumprido.

Assim, o setor educacional, antes relegado à tutela estatal, passou a ser considerado como o principal caminho para que os grandes grupos empresariais continuassem auferindo elevadas taxas de lucros (LEHER, 2003a; LEHER, 2003b, LEHER, 2018, LEHER, 2019). Sobre isso, Laval (2018) afirma:

[...] na estratégia das empresas que querem ingressar no setor da educação seja para fazer publicidade (mercados indiretos), seja para vender produtos (mercados diretos). Quando as empresas encontram facilidade cada vez maior para adentrar o universo da

escola, há uma comercialização do espaço escolar. (LAVAL, 2018: 130)

E continua seu raciocínio a seguir,

O que se questiona é a autonomia do espaço e da atividade educativa, uma autonomia cada vez mais difícil de defender num mundo inteiramente regido não só pelo comércio real, mas pelo imaginário do comércio generalizado. (LAVAL, 2018: 131)

Vale destacar que além de ser visto como um setor de expansão do capital, o sistema educacional é estratégico e, por isso, amplamente disputado. Isso porque representa o setor da produção do conhecimento e da conscientização política da população brasileira. Entende-se que, hoje, os currículos escolares têm a função primordial de limitar a produção do conhecimento adequando-se à observância das instituições supranacionais citadas. A Base Nacional Comum Curricular pode ser considerada um exemplo disso, pois, entre outros, estipulou um currículo mínimo nacional para a educação básica, descartando as especificidades de um país de dimensões continentais. Compreende-se que esta padronização curricular será responsável por converter uma expressiva parcela da população em força de trabalho barata e pouco qualificada, cujo objetivo relaciona-se à manutenção do capitalismo na periferia do mundo (SANTOS, 2003, HARVEY, 2009).

Assim, fez parte desta pesquisa relacionar a geopolítica mundial e nacional às mudanças estruturais na educação básica brasileira, baseando-nos em teorias sobre geopolítica, política educacional e financiamento do ensino público, sobretudo aquelas que consideram a educação pública como parte de um projeto de nação (MÉSZÁROS, 2008, PEDROSO, 2017). Deste modo, foi possível fomentar um denso estudo teórico neste momento de excepcionalidade que nos encontramos (Pandemia da COVID-19), em que os alunos interessados puderam refletir sobre as políticas educacionais produzidas pelos governos da era neoliberal no Brasil, relacionando-as ao contexto econômico e político mundial (KORYBKO, 2018). Vale destacar que um primeiro passo já tinha sido dado nesse sentido, uma vez que esta pesquisa iniciou-se em 2019, também como projeto de pesquisa na educação básica, que na ocasião intitulou-se: “A subsunção da educação básica à ordem do capital: apontamentos sobre esperança e resistência”. Estas reflexões nos auxiliaram a pensar formas de resistência contra os ataques ao caráter público da

educação básica, como também, maneiras alternativas de se produzir conhecimento neste período tão trevoso por que passamos.

Resultados e Discussões

Após os meses de debates e encontros do grupo de pesquisa, iniciamos o período de análises das políticas públicas em curso no Brasil, sobretudo a reforma do ensino médio e o programa chamado FUTURE-SE, destinado ao ensino superior. Como é sabido, optamos por fazer um histórico das tentativas de privatização e mercadorização do setor educacional brasileiro. Destacamos que tal tentativa iniciou-se pelo ensino superior, espalhando rapidamente para educação básica, a partir dos interesses dos mais diferentes grupos empresariais existentes no mundo.

Na história mais recente do país, foram criadas importantes instituições privadas que tinham como característica a parceria financeira com o Estado brasileiro. É o caso do SENAI – Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial, criado em 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas; quatro anos depois, sob a mesma lógica cria-se o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Segundo Pinto (2016), ambos tinham seus financiamentos baseados na arrecadação de um tributo pelo Estado, cujo valor [ainda] é repassado integralmente para as entidades patronais do setor. Dessa forma, o “sistema S” assim como são denominados, são financiados por tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil (RFB), em que parte destes recursos são direcionados aos programas de formação profissional, enquanto a outra destina-se ao pagamento de assistência social aos trabalhadores. Mas, contraditoriamente, a atual redação da Constituição Federal Brasileira (1988), mais precisamente o artigo 213, não admite a transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino de caráter lucrativo e, no caso de oferta de bolsas, faz-se necessária estipular uma regulamentação para isso. Com efeito, a noção de constitucionalidade hoje parece estar em desuso, aliás, desde a ditadura civil-empresal-militar respeita-se muito pouco o seu conteúdo. Segundo Carvalho e Lopreato (2005),

(...) o governo militar valeu-se intensamente de políticas de incentivos e isenções fiscais como forma de apoiar a atuação privada no projeto de desenvolvimento nacional, beneficiando ampla gama de setores em diferentes áreas (p.99)

Além disso, foi naquele período que o serviço público de ensino começou a

deteriorar-se, com a ampliação do tempo de exigência de 4 para 8 anos de estudos, sem a contrapartida de investimentos necessários para atender a essa nova demanda. O resultado foi a precarização das condições do serviço público, aliadas à desvalorização da carreira docente, ampliando sobremaneira as possibilidades para que empresas privadas de ensino se desenvolvessem no país, a fim de atender aos interesses da burguesia nascente. Remontamo-nos, assim, às origens do par precarização-privatização, que apresentaram-se de forma indissociável desde então. Assim, os dois movimentos identificados até agora, quais sejam, parceria público-privada e precarização-privatização são parte integrante da estratégia corrente das reformas educacionais em curso no Brasil.

Aqui, interessa-nos compreender como o processo de privatização tem se desenvolvido e saltou-nos aos olhos alguns programas que caracterizam-se por representar a transferência direta de recursos públicos para o setor privado, sob o argumento de democratizar o acesso ao ensino, quando preocupam-se apenas em capitalizar ainda mais os donos de empresas de educação, seja superior ou técnica. O primeiro aqui debatido é o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, instituído pela lei 12.513/2011, prevê a ampliação da oferta de vagas¹ para a educação técnica e profissional, por meio de programas e projetos/bolsas, financiados com ajuda da União. E, após dois anos de execução do Programa, constatou-se falhas graves já que boa parte dos recursos destinou-se ao “Sistema S”, que já recebe recursos públicos vultosos para realizar essa mesma ação, com o agravante de que muitos dos cursos oferecidos pelo Sistema S são pagos. No final das contas, o contribuinte acaba pagando três vezes pelo serviço oferecido (PINTO, 2016).

Afora todo o ônus político e financeiro de se repassar recursos públicos para o Sistema S, a CGU destacou uma série de irregularidades como o não cumprimento de metas estipuladas; falta de transparência; falta de metodologia adequada para distribuição de bolsas de estudos; não há garantia da qualidade do curso ofertado e sequer, o contratante terá garantia de vaga no curso que almeja. Concordamos com Pinto quando da seguinte passagem de seu texto,

Se os recursos investidos na rede privada tivessem sido aplicados na ampliação da rede federal de ensino, boa parte desses problemas seria evitada e os resultados da ampliação do acesso à formação profissional e tecnológica viriam em um ritmo mais

1 As vagas a que nos referimos estariam disponíveis na rede federal e estadual de ensino, cuja oferta estaria relacionada ao ensino técnico ou profissional.

lento, mas com garantia de permanência e qualidade do ensino ofertado (PINTO, 2016: p. 141)

Com um *modus operandi* diferente, o Programa Universidade para Todos – PROUNI caracteriza-se pela transferência de recursos públicos mediante renúncia fiscal², em que a instituição privada de ensino superior deixa de recolher um conjunto de tributos e, em troca, oferece bolsas de estudo integrais ou parciais a estudantes egressos de ensino médio da rede pública ou da privada, desde que bolsistas integrais. De modo geral, o PROUNI configura-se como um programa de compras de vagas pelo governo federal na rede privada de ensino com fins lucrativos.

Assim, o PROUNI fora criado por meio da lei 11.096/2005 sob o discurso da democratização do acesso, mas passados os anos de sua execução, evidenciou a sua intencionalidade de atender à demanda do setor privado diante da ociosidade de vagas, fato que significava prejuízos para as entidades. Segundo Pinto (*ibidem*), o PROUNI também funcionou como uma ferramenta de aproximação entre o governo Lula e um setor que lhe era geralmente crítico. Mesmo com o apoio político e financeiro do governo, entre os anos de 2010 e 2013 preencheu-se um pouco mais da metade das bolsas oferecidas pelo Programa, o que evidenciou despreocupação por parte das IES em preencher o restante das vagas, uma vez que sua isenção fiscal estava garantida. No entanto, em 2011, por orientação do Tribunal de Contas da União – TCU, aprovou-se a Lei 12431/2011 determinando que a isenção fiscal fosse calculada proporcionalmente ao número de bolsas ofertadas pelas IES. Tal fato gerou corre corre entre os gestores das IES privadas no sentido de preencher as vagas ociosas.

Mesmo com essas tentativas de regulação do Programa, o PROUNI apresentou inúmeras falhas como a desorganização (proposital) das IES com o cadastramento dos beneficiários, não atendimento dos requisitos/critérios para acessar o benefício, por exemplo, bolsas concedidas a pessoas cuja renda familiar era superior àquela exigida pelo Programa. Argumenta-se que não há controle sobre a destinação dos recursos transferidos diretamente para as IES privadas por meio do PROUNI. Segundo Valente (2004) apud Catani (2006)

2 Renúncias fiscais, tecnicamente denominadas de gastos tributários, acontecem quando o Estado abre mão do recolhimento por parte dos tributos a que tem direito com o objetivo, entre outros, de compensar gastos realizados pelos contribuintes com serviços não atendidos pelo governo, ou para compensar ações complementares às funções típicas do Estado desenvolvido por entidades civis, promover a equalização das rendas ou regiões, ou ainda incentivar determinado setor da economia (RFB, 2012).

(...) o que o PROUNI faz é aumentar as isenções fiscais para as IES privadas que, com poucas exceções, não prestam contas de como as usam, remuneram de forma ilegal seus sócios, não têm transparência na concessão de bolsas e maquiagem balanços (p. 13).

Estima-se que os gastos totais perfizeram o total de 0,58% de transferência ou de renúncia, se considerarmos o PIB de 2014, chega-se ao valor de 32 bilhões de reais. Vale dizer que este valor representa mais de três vezes o complemento da União ao FUNDEB e 56% de todo o gasto federal com a manutenção do ensino. Destaca-se que este tipo de ação deve ser considerada inconstitucional, já que o artigo 213 – apresentado acima – admite a destinação de recursos públicos somente para instituições sem fins lucrativos. Finalmente, argumenta-se que os recursos públicos estão sendo destinados ou de forma direta, via PRONATEC, ou de forma indireta, via PROUNI. Se todo este recurso fosse investido na expansão das IES públicas e da educação básica, certamente daríamos os primeiros passos rumo a uma democratização do ensino superior no Brasil.

Outro ponto marcante da história recente da educação básica associado à sua tentativa de privatização foi a reforma do ensino médio, que pretendeu organizar o segmento a partir de percursos formativos. No entanto, para entender o teor de tal reforma, nos atentamos primeiramente à formulação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que pretendeu homogeneizar o currículo escolar brasileiro, desconsiderando as especificidades de cada local e de cada região do país. A partir dessa premissa, foi possível ao grupo acumular a ideia de que o objetivo da BNCC foi o de limitar o currículo escolar, garantindo que o Brasil produza uma força de trabalho condizente com seu papel na divisão internacional do trabalho, qual seja, o de país agrário-exportador. Para tal, os cidadãos não precisam desenvolver aportes críticos importantes, sendo necessário apenas dominar a linguagem matemática básica e o suficiente para comunicar-se em sua língua materna e uma língua estrangeira, prioritariamente o inglês. Curiosamente, observamos que os principais interessados nesta nova configuração pertencem a grupos ligados diretamente ao setor educacional privado (Anhaguera, Estácio, Kinea, entre outros), como também à indústria alimentícia (Coca-cola, Nestlé, Ferrero, entre outros) e também à organizações financeiras (BIRD, Banco Mundial, AID, entre outros), evidenciando tratar-se de um projeto pensado pela classe dominante para garantir sua perpetuação.

Diante deste acúmulo, pudemos perceber que a BNCC e a reforma do ensino médio (Lei 13415/17), com seus itinerários formativos (a saber: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias,

ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional), propiciaram uma formação espacial contraditória no cenário brasileiro, pois ao mesmo tempo que pretendem homogeneizar através de um currículo mínimo, como expresso acima, promoverão uma diferenciação entre as diferentes regiões, estados e cidades no país. Isso porque não serão todas as escolas que conseguirão oferecer todos os percursos formativos, originando locais que terão condições de oferecer todos os percursos e outros locais que oferecerão apenas um percurso. O problema envolvendo esta situação é que algumas cidades, sobretudo as menores, não oferecerão diferentes oportunidades à população escolar, fazendo com que pessoas em melhores condições financeiras se desloquem pelo território em busca de um percurso que melhor lhe agrade, enquanto os mais pobres deverão se conformar com aquele oferecido, iniciando um ciclo de frustração e desigualdade já no início de sua formação escolar. Além disso, destaca-se a associação entre os interesses financeiros dessas empresas com a divulgação de ideologias retrógradas, como aponta Dantas (2018):

As ações políticas de cunho ultraconservador no Brasil, em outras palavras, respingarão nestes novos rearranjos curriculares na Educação Básica, agora mais afeitos ao pragmatismo do que à reflexão, à investigação, à pesquisa sistemática e qualitativa. As Licenciaturas e os seus estágios supervisionados, ao se adaptarem à Reforma do Ensino Médio, por exemplo, podem encontrar aí desafios de interlocução entre as áreas do conhecimento, assim como a pulverização de determinados componentes curriculares que estão lá mais para ‘compor’ do que ‘propor’! (Dantas, 2018).

Aliado a isso, o programa FUTURE-SE representou o maior ataque à educação superior em toda história do país. Em sua proposta inicial, propunha alterar 17 leis incluindo a Constituição Federal de 1988. Constituindo-se em um plano para captar recursos privados pela educação pública, através da celebração de contratos com Organizações Sociais. Na prática, se trataria de um direcionamento das pesquisas públicas para atender aos interesses privados. Nos questionamos, nesse caso, que determinados cursos de graduação e suas pesquisas não interessariam ao setor privado e, portanto, não angariam grandes recursos, minguando ao longo do tempo. A geografia estaria circunscrita nessa situação. Após a apresentação da primeira versão, houve significativas mudanças, em função da negação quase unânime do programa. Vale dizer que a luta e a resistência docente, organizada em seu sindicato, foi protagonista no rechaço dele.

Conclusão

O período que vivemos demonstrou que a intencionalidade e o projeto de sociedade que as elites têm para o país, não incluem a defesa do caráter público das universidades e da educação básica pública. A era neoliberal da educação brasileira foi aprofundada com os meses de isolamento causados pela pandemia. Nunca foi tão nítido o plano para a educação, qual seja, ensino à distância para a educação básica, desqualificação docente, currículo mínimo, ausência de pesquisas autônomas, entre outros. Pretende-se transformar a educação brasileira em mais um braço do capital, retirando o protagonismo dos nossos estudantes em formular questões para suas pesquisas.

Olhando para trás em nossa história, o ano de 2016 deve ser considerado um divisor de águas na política nacional. O impeachment da presidente Dilma Rousseff e a ascensão do vice-presidente Michel Temer configuraram-se em um cenário de incerteza política e social para o país. Fato é que a política de governo Temer representou uma guinada brusca à direita, cuja marca maior foi um ajuste fiscal agressivo e perverso ao sistema público. A eleição do governo Bolsonaro, no ano de 2018, confirmou esse giro à direita, servindo de esteio para concluir as reformas que os governos PT não tiveram condições de fazer. Exemplos como a aprovação da PEC 55, que promove o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, associada à Reforma da Previdência, que instala o aumento da idade de aposentadoria e do tempo de contribuição, evidenciam que a classe trabalhadora será a responsável por pagar por uma crise cujo responsável é exclusivamente o Estado e o seu caráter de subordinação. Dessa forma, a combinação de diminuição dos gastos públicos, legalização da parceria público privada dentro das universidades (através da aprovação do marco regulatório de ciência e tecnologia), e mais recentemente o FUTURE-SE em todas as suas versões, e da aprovação da terceirização das atividades fim (como a docência), apontam como tendência a diminuição do caráter público do ensino brasileiro.

Diante de um cenário como este aliado à situação de crise capitalista mundial, é possível imaginar que o futuro desenhado para o ensino público é de grande instabilidade política, econômica e social. Não há motivos mais para pensarmos até que ponto nossa atuação nas lutas e na resistência fará alguma diferença. Seguramente, ela fará. Mais do que nunca é preciso utilizar os conhecimentos produzidos na universidade pública e

utilizá-los em sua defesa. Argumentamos que está mais do que na hora do ensino assumir que todo conhecimento produzido na luta e na resistência é também ciência, é também formas de se pensar e defender um determinado projeto de educação e, portanto, de país. Talvez, no dia em que aceitarmos que o projeto de país se inicia nos marcos das disputas intelectuais, conseguiremos experimentar uma educação cujas atividades sejam verdadeiramente de qualidade e sua autonomia esteja preservada frente aos interesses do grande capital. Só assim será possível enxergar mais sentido na vida em sociedade. À luta, portanto!

Referências

DANTAS, Jefferson. O Ensino Médio em disputa e as implicações da BNCC para área das ciências humanas. **Revista Universidade e Sociedade**. N 61. ANDES, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América**

Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1981

____. **Que tipo de república?** 2a edição. São Paulo: Globo, [1986] 2007

____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5a edição. São Paulo: Globo, [1974] 200

____. **Universidade brasileira:** reforma ou revolução? São Paulo: Alfaômega, 1975.

FILGUEIRAS, Luis & GONÇALVES, Ronaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraopondo, 2007.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e História. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2010

HARVEY, David. **Neoliberalismo.** História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2010.

____. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: AnnaBlume, 2006.

____. **Condição Pós Moderna.** São Paulo: Loyola, 2007.

____. **Para entender o capital** – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

____. **Para entender o capital** – Livros 2 e 3. São Paulo: Boitempo, 2014.

____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

IASI, Mauro L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas:** Das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: o privado contra o público. **Revista Trabalho, Educação e Saúde,** 2003a.

____. Projetos e modelos de autonomia e privatização da universidade pública. **Revista ADUEL,** 2003b.

____. Para silenciar os Campi. **Revista Educação e Sociedade,** v especial, 2004.

____. **Universidade e Heteronomia Cultural no Capitalismo Dependente:** um estudo a

partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. **Autoritarismo Contra a Universidade:** o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, 1988. V.I, Livro 1, Tomo I.

_____. **Miséria da Filosofia:** Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982a.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl & ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998 [1848].

MASCARO, Alysson L. **Crise e Golpe.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MAZZEO, Antonio. **Burguesia e capitalismo no Brasil.** 2a edição. São Paulo: Ática, 1995

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Kênia. **Lutas por educação no Brasil recente:** o movimento docente da educação superior. Niterói: EDUFF, 2017.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003

PORTO-GONÇALVES, Carlos W.& HAESBAERT, Rogério. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: ed. UNESP, 2006.

PEDROSO, Isabella V.C.P. A universidade como território intelectual: um estudo comparativo dos projetos de sociedade do Brasil e da Argentina. Orientador: Claudio Egler. Rio de Janeiro, 2017. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 30a edição. São Paulo: Brasiliense, [1945] 1984

_____. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. 23a edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Evolução política do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, [1933] 2012

_____. **A revolução brasileira.** 6a edição. São Paulo: Brasiliense, [1966] 1977

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização,** Rio de Janeiro: Redord, 2003.

_____. **O trabalho do Geógrafo do Terceiro Mundo.** São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e método. Revista Boletim Paulista de Geografia. n.54. São Paulo, 1977.